



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
REGIONAL GOIÁS

PLANO DE GESTÃO
REGIONAL GOIÁS

Se muito vale o que já foi feito, mais vale o que será

Gestão: Junho 2017 – Junho 2021

DIREÇÃO

Proposta de plano de gestão simplificado apresentada à comissão eleitoral para fins de registro de chapa conforme normas estabelecidas para o processo de consulta pública para os cargos de diretor e vice-diretor da Regional Goiás

Prof. Dr. Renato Francisco dos Santos Paula – Diretor

Profa. Dra. Margareth Pereira Arbués – Vice-Diretora



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
REGIONAL GOIÁS

SUMÁRIO

1. Apresentação
2. Sociedade, Universidade e a Regional Goiás
3. Princípios Gerais
4. Política Universitária
5. Política de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura
6. Organização Administrativa
7. Política de Assistência Estudantil
8. Meios de Participação da Comunidade nos Processos Deliberativos
9. A Chapa

1. Apresentação

Apresentamos à comunidade acadêmica da Universidade Federal de Goiás – UFG, Regional Goiás, a síntese dos eixos preliminares do Plano de Gestão da candidatura da chapa composta pelos professores Renato Francisco dos Santos Paula e Margareth Pereira Arbués, candidatos a diretor e vice-diretora respectivamente, para o quadriênio 2017-2021. O plano de gestão definitivo tende a ser construído com a participação de toda a comunidade acadêmica e se traduzirá em ações concretas mediadas pelas instâncias da Regional.

A candidatura que ora apresentamos tem a clareza de que estamos vivenciando um período difícil para a democracia e o republicanismo brasileiro com fortes implicações para a Universidade pública. O momento caracterizado pela reestruturação da esfera pública na perspectiva do Estado neoliberal-mínimo avança a passos largos na pauta da retração de direitos em especial aqueles que estruturam a sociabilidade humana como o direito ao trabalho (e nele o direito as proteções previdenciárias), o direito à saúde, o direito à moradia, o direito à alimentação e o direito à EDUCAÇÃO. Esse último nos desafia diretamente, pois é neste lugar que efetivamos nossa participação na divisão social e ética da vida em sociedade. Sendo assim, dirigir uma unidade Regional de uma Universidade como a UFG se constitui em um instigante desafio que entendemos que deve ser pautado pela busca constante do compromisso com a construção de uma Universidade pública popular que interaja com a sociedade e participe ativamente da busca de soluções para os problemas da comunidade. Para isso, é necessária a reafirmação dos princípios da autonomia universitária e consistentes posicionamentos contra as ofensivas que buscam desconstruir o caráter público, laico e republicano das nossas ofertas educacionais. Portanto, a partir do entendimento da complexidade da conjuntura que vivenciamos, a candidatura que apresentamos se coloca o duplo desafio de buscar a consolidação, o crescimento e o desenvolvimento da Regional Goiás ao mesmo tempo em que nos posicionamos de forma crítica e democrática diante das ofensivas aos avanços socioeconômicos que afetam a sociedade brasileira da qual a UFG é parte e expressão. Propomos a construção coletiva de alternativas e soluções às dificuldades postas e uma caminhada solidária e fraterna rumo à construção de uma sociedade emancipada que tenha na Universidade uma de suas mediações fundantes.

2. Sociedade, Universidade e a Regional Goiás.

Ao longo da história da humanidade os espaços dedicados à produção do saber sempre tiveram um papel central. As Universidades se institucionalizaram como *lócus* destinados a acolher em seu interior as demandas da sociedade e utilizando-se de seu capital intelectual buscaram respostas para os problemas da civilização, fazendo-a avançar. Esse processo caracteriza o desenvolvimento humano e deveria, em conformidade ao projeto iluminista da Modernidade, nos levar a autonomia e emancipação. Ocorre que a Universidade é parte e expressão da sociedade em que se insere, deste modo, a produção do conhecimento acadêmico-científico acompanhou a evolução da sociabilidade capitalista e como tal a estrutura classista desse tipo de sociedade passou a nortear também a forma como o conhecimento é produzido e reproduzido. O mercado pauta, assim, a produção do conhecimento e marginaliza tanto os princípios do interesse público quanto a lógica da Universidade vista como bem público. As formações tecnicistas e aligeiradas ocupam o espaço da Formação Para Cidadania que, ao contrário do que o ideário neoliberal propaga, não contempla apenas o saber abstrato, mas também o conhecimento próprio das inovações necessárias a divisão social e técnica do trabalho.

Reconhecer essa dinâmica complexa e contraditória coloca para a Universidade uma série de desafios, dentre os quais podemos destacar: a superação da lógica científica pós-moderna que descontextualiza a realidade das bases concretas onde o conhecimento é construído e elitiza o saber e os seus resultados; a construção de processos de ensino-aprendizagem plurais e eticamente comprometidos, ecologicamente responsáveis, construídos a partir de práticas políticas e educacionais democráticas e tendo por horizonte uma utopia social avessa ao Capital.

No contexto brasileiro, esse quadro e esses desafios assumem contornos particulares na medida em que assistimos nos últimos anos o paradoxo da expansão precária do ensino superior federal articulado a ainda maior expansão da rede privada de educação tanto em número de instituições quanto em incentivos governamentais. O capitalismo dos monopólios agigantou-se de tal forma no campo da educação que as lógicas mercantis que influenciam os modos de formação da rede privada invadem sem constrangimentos a rede pública, a exemplo do aumento dos cursos pagos, do aumento do ensino a distância em áreas onde a interação humana é fundamental, dos cursos aligeirados e das revisões tecnicistas de conteúdos. A situação tende a se agravar depois da promulgação da Emenda Constitucional 95/2016 que limita os gastos públicos para

os próximos 20 anos, com a aprovação do PL 4.302 que autoriza a terceirização irrestrita nas instituições públicas e ainda com as proposituras das reformas trabalhista e previdenciária. Essas mudanças abrem caminho para a desconstrução dos princípios públicos da Universidade como, por exemplo, a contratação de professores por meio de Organizações Sociais, dentre outras situações típicas do desmonte da *res publica*.

Esse quadro coloca em risco os avanços tímidos, porém significativos registrados nos últimos anos tais como a generalização das políticas de ações afirmativas, a interiorização das Universidades federais, a expansão da rede de Institutos Federais de ensino técnico e superior, o aprimoramento de programas de intercâmbio acadêmico, dentre outros.

A expansão da Universidade Federal de Goiás e nela a criação da Regional Goiás com suas duas Unidades Acadêmicas é resultado concreto desse processo. Tal ampliação se deu de modo consoante a implementação de um novo Estatuto que visa atender as demandas específicas de gestão dos campi do interior, nos quais a concentração de tarefas administrativas por poucos diretores e coordenadores se tornou incompatível com o volume de trabalho exigido para a administração desses campi rapidamente expandidos em número de estudantes, docentes, técnicos e em estrutura física. A norma propôs a adequação institucional a uma realidade universitária *multiregional*, com desconcentração de poderes de gestão e alocação de recursos, propôs ainda a adequação dos órgãos colegiados da Universidade, de forma a promover uma divisão mais equânime de poder entre as unidades acadêmicas e as áreas de conhecimento; a compatibilização da nova estrutura de gestão com um orçamento austero e sem perspectiva de vultosa ampliação; conciliação das demandas por democracia interna com a celeridade e eficácia do funcionamento dos órgãos colegiados; viabilização da interdisciplinaridade, de forma a permitir o trabalho conjunto de cursos agregados em áreas comuns do saber e evitar a reprodução de um modelo monodisciplinar especializado e ilhado em unidades acadêmicas de cursos específicos.

Na Regional Goiás, a implantação desse Novo Estatuto enseja desafios vários e exigem capacidade criativa e mediadora dos conflitos advindos dos processos de mudanças políticas, administrativas, pedagógicas e culturais. A gestão da Universidade, nesse contexto, terá de enfrentar algumas questões fundamentais, tais como:

- Não permitir que a razão tecnocrática, burocrática e gerencial obscureçam o papel político e o exercício da função social da universidade e de seus atores;
- Não permitir que a burocracia e o fechamento epistemológico suplantem a criatividade;
- Garantir funcionamento democrático e prioritário para as instâncias colegiadas da Universidade;
- Garantir autonomia de definição orçamentária para, por meio do uso de recursos próprios, poder definir, de forma participativa, as prioridades de ensino, pesquisa e extensão;
- Compatibilização das exigências burocráticas com as demandas por democracia interna e externa; criação de sistemas de decisão que contemplem a diversidade de atores e demandas da Universidade, canalizando os conflitos para soluções que promovam os objetivos institucionais da Regional/UFG;

3. Princípios Gerais

- Autonomia Universitária
- Ética
- Democracia
- Participação
- Pluralismo teórico-metodológico
- Universalidade do conhecimento
- Interdisciplinaridade
- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e cultura
- Natureza pública
- Autonomia de organização e valorização dos trabalhadores
- Universalização dos acessos e dos mecanismos de permanência dos estudantes
- Valorização da vocação extensionista da Regional Goiás
- Articulação da Universidade com um projeto de emancipação humana

4. Política Universitária

- Contra as ofensivas de mercantilização e desmonte da universidade pública, gratuita, laica e de qualidade
- Gratuidade da formação na graduação e pós-graduação

- Fortalecimento da participação da Regional Goiás nos espaços decisórios da UFG
- Contribuição na redefinição das políticas de distribuição orçamentária da Universidade, com centralidade para o fortalecimento das Regionais e Unidades Acadêmicas em processo de implementação e consolidação
- Contribuição e fortalecimento de parcerias com o Movimento Estudantil, Movimento Docente e de Técnicos-Administrativos
- Construção e desenvolvimento de uma Regional que reafirme a construção coletiva e proponha equidade entre as Unidades Acadêmicas
- Política constante de aproximação das demandas comunitárias com a Universidade, por meio da articulação com a municipalidade na região do Vale do Rio Araguaia e com Movimentos Sociais
- Fortalecimento das instâncias deliberativas e consultivas da Regional
- Parcerias com as escolas e instituições educacionais da Cidade de Goiás

5. Política de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura

- Reafirmação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e cultura
- Luta pela ampliação dos cursos de graduação
- Contribuição na estruturação das demandas específicas dos cursos de graduação, em permanente diálogo com as chefias de unidades acadêmicas especiais, em particular, na ampliação de salas de aulas, estruturação dos laboratórios, suporte estrutural aos estágios obrigatórios
- Ampliação das políticas de permanência dos estudantes na graduação: Estágios, monitorias, mobilidades interna, nacional e internacional; Prolicen
- Implementação da pós-graduação *strictu sensu*
- Aprimoramento e ampliação das pós-graduações *lato sensu*
- Estímulo as atividades extensionistas com foco nas especificidades da Região do Rio Araguaia.
- Incentivo a prática da pesquisa de modo a consolidar grupos de pesquisa, redes e produção científica;
- Integração entre Universidade, campos de estágio, residências multiprofissionais e aprimoramento dos Núcleos de Práticas
- Ampliação do acervo da Biblioteca e dos equipamentos didático-pedagógicos

- Desenvolvimento de uma política de qualificação que incentive a titulação, a produção de conhecimento e evolução na carreira docente;
- Garantia da qualificação profissional para os trabalhadores técnicos-administrativos
- Luta pela melhoria das condições de trabalho na Regional
- Aprimoramento dos espaços de socialização e agregadores na Regional, atividades culturais, esportivas e artísticas que envolvam toda comunidade acadêmica;
- Manutenção dos canais permanentes de diálogo e negociação com trabalhadores da Regional – docentes e técnicos-administrativos;

6. Organização Administrativa

- Desenvolvimento de uma política de gestão que reafirme a função social da Universidade
- Fortalecimento das instâncias decisórias da Regional no sentido de democratizar e descentralizar a gestão;
- Implementação do Estatuto da Regional conferindo institucionalidade aos Colegiados de Curso;
- Utilização como base referencial primordial o Planejamento Estratégico para implementação de ações de ampliação e melhorias na Regional;
- Estabelecimento de um padrão de qualidade dos serviços para adoção do modelo de excelência de gestão na Regional;
- Democratização da gestão orçamentária e financeira da Regional
- Fortalecimento da estruturação dos órgãos administrativos (CGA, DP, Compras), suplementares (Biblioteca, Cercomp, Núcleo de Acessibilidade) e as coordenações de Assuntos Comunitários, Ascom.
- Luta pela melhoria da infraestrutura da Regional com a realização de obras e conquista de novos espaços.

7. Política de Assistência Estudantil

- Contribuição com a formulação da Política de Assistência Estudantil da UFG e fortalecimento das demandas de permanência dos estudantes na Regional Goiás.

- Manutenção dos canais permanentes de diálogo com o movimento estudantil;
- Luta pela implementação da moradia estudantil e continuidade no processo de implementação do RU;
- Garantia no orçamento da Regional da manutenção e ampliação da concessão das bolsas que não forem substituídas por equipamentos de assistência estudantil;

8. Meios de Participação da Comunidade nos Processos Deliberativos

- Fortalecimento das instâncias colegiadas da Regional;
- Realização de Assembleias de prestação de contas

Cidade de Goiás, GO

Abril de 2017



Prof. Dr. Renato Francisco dos Santos Paula

O professor Renato Francisco dos Santos Paula é bacharel em Serviço Social e Mestre e Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Em 2012 ingressou na UFG/Regional Goiás no Curso de Serviço Social tendo assumido a coordenação do Curso em 2013 até o presente momento. No exercício da docência desde 2003 também possui especialização em Challenges of Global Poverty pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT-USA). Foi diretor-conselheiro do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS – 9ª região) de São Paulo nas gestões 2002-2005 e 2005-2007. Foi Assessor, Coordenador-Geral e Técnico na Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Brasília - DF - 2005-2012) e Conselheiro (2008-2010) e Vice-Presidente (2010-2012) do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) órgão de deliberação colegiada vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Coordenou o Projeto de Extensão e Pesquisa CapacitaSUAS formação de agentes públicos e sociais da área de assistência social e correlatas em 2015-2016. É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado, Desenvolvimento e Desigualdade (GEPEDD) da Universidade Federal de Goiás com registro no diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq e membro-pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Política Social (NEPPOS) da Universidade de Brasília (UnB).

Tem experiência na área de políticas públicas com ênfase nas de Seguridade Social, gestão pública, ciência política, políticas sociais, controle social, desenvolvimento urbano, comunidades, criança e adolescente, fundamentos do serviço social, tendo produção acadêmico-científica nestas áreas, com destaque para a publicação Estado Capitalista e Serviço Social: o neodesenvolvimentismo em questão (Campinas/Papel Social, 2016).

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6940544238802070>



Profa. Dra. Margareth Pereira Arbués

Advogada. Possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (1984), graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (1995), mestrado em História pela Universidade Federal de Goiás (1995), doutorado em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2015).

Professora Adjunta da Universidade Federal de Goiás/UFG. Tem experiência docente e administrativa nas áreas de Educação, História e Direito. Exerceu cargo de coordenação de pós-graduação *latu sensu* da Fundação Educacional de Anicuns, Assessoria Técnica em Educação Superior na Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás (1999-2005). Coordenadora do Grupo Especial de Trabalho em Políticas Educacionais na Secretaria Municipal de Goiânia (1993-1996).

Atualmente é coordenadora do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal de Goiás/Regional Goiás e avaliadora de cursos e de IES do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP/MEC). Membro-diretora da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica e da Comissão da Mulher Advogada (OAB-GO). Tem atuado nos seguintes temas: estudos regionais, educação superior, educação jurídica, formação de professores, avaliação da aprendizagem, avaliação institucional, movimentos sociais e religião, estudos de gênero e violência, direito educacional, direitos étnicos, direitos sexuais, entre outros. É pesquisadora da Rede Goiana de Pesquisa em Direitos Humanos e Estudos de Violência Doméstica e Familiar (FAPEG); G-Sex - Grupo de Estudos de Gênero e Sexualidade UFG/ Regional Goiás; Grupo de Estudos do Sertão (PUC-GO/CNPq) e Grupo: Constituição e Processo(FD-UFG/CNPq).

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8826668985459839>